

PROCESSO Nº: **3910/2015**
Interessado: **PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
Assunto: **LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
LABORATORIAIS PARA A INSTALAÇÃO DE
LABORATÓRIO DE MECÂNICA DOS SOLOS, PARA
ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CURSO DE
ENGENHARIA CIVIL, DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MINEIROS - UNIFIMES**
TIPO **PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**

PARECER

A FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - FIMES, representada pela Diretora Geral em pleno exercício do cargo, solicita do agente competente, Parecer Jurídico a incidir em Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a aquisição de equipamentos laboratoriais para a instalação de laboratório de Mecânica dos Solos, para atender às necessidades do curso de Engenharia Civil, do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, com dotações orçamentárias próprias do vigente orçamento, nas especificações e quantidades estimadas, conforme descrito no Edital de Pregão Presencial n. 015/2015 e seus anexos.

O procedimento licitatório, ora objetivo deste Parecer, foi iniciado com a abertura do competente processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a indicação precisa de seu objeto e demais requisitos pertinentes à modalidade pretendida.

De tal sorte, fora juntado o Edital em todos seus termos e anexos, e demais documentos instruídos, bem como atas de deliberação da Comissão de Licitação, relatório, etc.

É o breve relato.

Cumpridas as exigências legais iniciais de praxe, no dia 14/09/2015, a Comissão de Licitação deu início aos trabalhos de abertura do certame, em cuja reunião, além do Pregoeiro e Membros Suplentes da Comissão, foi constatada a presença das empresas proponentes, IDM SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.684.742/0001-13; SP COMERCIAL ELETROELETRÔNICOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.400.815/0001-84; K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.971.041/0001-03.

Conforme consta na ata, foram analisadas as propostas apresentadas pelas empresas acima especificadas, para então iniciar a fase de lances.

O pregoeiro passou direto a fase de negociação, sendo que após a ordenação da proposta, sagrou-se vencedora com o menor preço a empresa participante descrita dos itens 02, 03,

11, 12, 14, 15, 21, 24, 28, 29, 36, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 53, 55, 62, 64 e 65, à empresa IDM SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA - ME, com valor total de R\$ 16.798,15 (dezesesseis mil, setecentos e noventa e oito reais e quinze centavos); dos itens 07 e 54, à empresa SP COMERCIAL ELETROELETRÔNICOS LTDA.; com valor total de R\$ 5.737,00 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais); do item 05, à empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, com valor total de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

Cumprido ressaltar que o pregoeiro, em momento oportuno, em sede de negociação, instigou a empresa participante para que ofertasse um novo valor.

Na sequência, após o encerramento da etapa de lances e negociação, passou para a fase de verificação da documentação, sendo que em tudo a empresa vencedora cumpriu as regras editalícias.

Dando prosseguimento aos trabalhos, na fase própria a CP decidiu "*habilitar*" as empresas acima referidas, por terem apresentado documentação suficiente ao atendimento das disposições de lei e editalícias.

Suplantada a fase de habilitação e classificação, obedecidas às disposições legais e procedimentais, a empresa foi notificada da existência da declaração da intenção de apresentar recurso.

Finalmente, não havendo manifestação de interesse na apresentação de recurso, o Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando a respectiva ata e emitindo parecer conclusivo para a adjudicação da proposta vencedora da empresa habilitada a prosseguir no certame, após a certificação da média dos valores cotados com o padrão mercadológico para cada item previsto no edital.

Certificada a média dos valores cotados com o padrão mercadológico, foi constatado que os valores cotados para o item do edital é condizente com o padrão mercadológico, razão pela qual recomenda-se que seja homologado.

Dada a regularidade do certame, que inclusive foi realizado na modalidade pregão presencial, dando transparência, lisura, legalidade, modalidade e probidade ao processo, razão assiste ao parecer conclusivo feito pelo pregoeiro, bem como, a possibilidade da homologação pela Diretora Geral, caso seja interesse da Instituição.

Ressalta-se que o preço apresentado na proposta vencedora está dentro do praticado no mercado, sendo, portanto, aconselhável a adjudicação e homologação do certame.

Notadamente, muito embora a publicação do processo licitatório no Diário Oficial dos Municípios e em Jornal de grande circulação, em cumprimento estrito ao princípio da ampla publicidade, inerentes aos ordenadores de receitas públicas, apenas uma empresa demonstrou interesse em participar do certame, situação essa que "empobrece" a finalidade maior do Pregão, eis que de acordo com a Lei 10.520/02, bem como ao princípio da ampla concorrência, após a disputa de lances pelas

proponentes, a Administração deve contratar com o proponente que ofertar o menor preço através de lances, ou seja, a proposta mais vantajosa.

Acontece que, muito embora restando somente uma proposta, a finalidade maior do Pregão foi cumprida, uma vez que o último valor ofertado alcançou um preço aproximado do valor orçado previamente, o que de fato cumpriu-se a sistemática e finalidade do Pregão.

Desta feita, restou demonstrado que os últimos valores se encontram dentro dos padrões de mercado, de modo que não há motivo para proceder novo processo licitatório. Ademais, existem outros princípios da Administração Pública que se deve levar em consideração, como os da economia, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, etc. Portanto, seria inviável para a FIMES realizar um novo processo licitatório, moroso e dispendioso, o que atrasaria a aquisição do produto almejado, devendo, pois, ser este processo homologado e adjudicado, após a apreciação da Diretora Geral e caso seja conveniente.

Destarte, a presente Licitação preenche os requisitos exigidos pelas Lei 10.520/02 e nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, dando condição satisfatória à sua adjudicação e homologação da proposta vencedora indicada pela Comissão de Pregão, isso se conveniente à Administração Superior da FIMES.

É o nosso Parecer, à consideração superior.

S.M.J.

**FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO
SUPERIOR - FIMES**, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (21/09/2015).

ENALDO RESENDE LUCIANO
OAB/GO 8.617